



CEST

Centro de Estudos Sociedade e Tecnologia



Universidade de São Paulo

Boletim - Volume 7, Número 05, Julho/2022

A Guerra Econômica, o Choque de Civilizações e as Escolhas que as Nações não podem evitar

Robert A. Rogowsky

Mesmo diante da invasão russa da Ucrânia, a questão mais importante dos negócios externos continua a ser a relação conflituosa dos Estados Unidos com a China. De fato, a invasão da Rússia reestruturou fortemente essa relação, destacando tanto as estratégias econômicas da Rússia para se preparar para a invasão como a natureza e o alcance da guerra econômica em resposta à invasão. Além disso, o alinhamento da China com a Rússia expôs de forma mais acentuada a crescente divisão entre os EUA e a China.

A natureza distorcida da divisão torna-se aparente quando se reconhece que Putin, para se distinguir do povo russo, não responde às organizações ocidentais como a OTAN e a União Europeia, mas, como afirma Antonia Colibasanu, luta contra os valores civilizatórios e o

modelo socioeconômico que venceu a Guerra Fria e incita os Europeus orientais e os Russos a quererem se juntar ao Ocidente. A invasão de Putin parece ser uma invasão imperial antiquada do território. Na realidade, ele deu um pontapé inicial a um choque de civilizações. Não está claro nas sociedades modernas quando a dura concorrência econômica se torna uma guerra econômica. Torna-se claro, entretanto, que o mundo moderno pode estar assistindo à sua primeira guerra econômica mundial. Em resposta à invasão militar russa, os Aliados ocidentais lançaram inegavelmente uma guerra econômica. Os Aliados não declararam uma guerra, mas os russos o fizeram. As regras da guerra econômica estão evoluindo, as armas estão sendo testadas, os alvos são atingidos, e os danos avaliados; os danos colaterais são inevitáveis. As respostas e consequências russas para ambos os lados

têm evoluído. Não se trata de uma guerra por terra, mas, sim, é uma guerra.

Reconhecer a base da guerra é especialmente relevante porque a preparação da Rússia para a guerra tem sido basicamente econômica e esclarece a ligação entre a integração econômica global e a estratégia militar.

A Rússia se preparou para esta guerra durante 20 anos: centralizando o poder, esmagando implacavelmente a dissidência, aderindo à OMC, convidando capital e conhecimentos ocidentais, armazenando reservas estrangeiras, juntando blocos comerciais, cultivando estreitos laços comerciais por toda a Europa, e empurrando a União Econômica Euroasiática. Moscou investiu pesadamente para tornar a Alemanha dependente do gás natural russo. As empresas russas contrataram uma longa lista de antigos primeiros-ministros europeus e outros dignitários europeus com um profundo conhecimento da burocracia europeia e influência na política. Moscou apoiou

entusiasticamente ambas as políticas ambientais, como a decisão da Alemanha de abandonar a energia nuclear - o que se traduziu numa maior dependência do gás russo - e partidos populistas em toda a Europa. Ele enfraqueceu a solidariedade ocidental ao encorajar a

liderança iliberal na Hungria, Turquia, Polônia, assim como os candidatos céticos da OTAN nos Estados Unidos. Putin utilizou com eficácia a guerra da informação para desestabilizar e, em última análise, dividir a Europa.

A influência tem sido cuidadosamente cultivada no Oriente Médio e no Sahel para dar à Rússia uma vantagem adicional sobre o petróleo e os produtos primários. Putin tem promovido os BRICS; e construiu com determinação relações com a China, Índia e Brasil que resistem ao confronto com o Ocidente.

O caminho da Rússia para o ressurgimento assemelha-se ao determinado crescimento econômico da China em quase todos os aspectos, mas para (i) o foco estratégico da China na indústria, onde a Rússia se agarrou ao petróleo e ao gás e (ii) a iniciativa mais ampla do Cinturão e das Estradas da China. Os objetivos estratégicos de ambos parecem claros: sobrevivência do

A invasão de Putin parece ser uma invasão imperial antiquada do território.



regime e restauração da grandeza nacional (nessa ordem), resistindo às seduções dos valores ocidentais, mercados livres, Estado de direito, governo limitado, e democracia.

O choque civilizatório subjacente a esta tensão foi exposto e definido de forma mais clara pela invasão ucraniana. O conflito é mais profundo que a conquista territorial tradicional. Um monarca francês desafiando um rei inglês, ou dois senhores da guerra provinciais lutando pelo acesso ao rio Yangtze. É uma governança cultural e sistêmica-democrática contra um regime autoritário.

O reconhecimento da distinção é importante. Quando os EUA defenderam a entrada da Rússia e da China na OMC, foi na aposta de que ambos estavam num caminho inevitável em direção à democracia. Acreditava-se que o envolvimento nas oportunidades de crescimento e nas regras da OMC, aceleraria o processo. A experiência desde então demonstrou este otimismo exagerado.

Muito tem sido dito sobre o mundo que tende para blocos discerníveis. A invasão russa pôs em evidência a divisão. À medida que a divisão se amplia, a opção da neutralidade desaparece. As nações enfrentarão, cada vez mais, o dilema de escolher um lado, ou de tentar se equilibrar no muro. A Suécia e a Finlândia reconhecem o dilema. A Índia, oficialmente 'não alinhada', aproveita prudentemente uma boa oportunidade para comprar petróleo russo barato. O Brasil, lutando internamente por uma posição nacional, equilibra-se precariamente no muro enquanto negocia com a Rússia - "para nós, a questão dos fertilizantes é sagrada". Nunca é simples. Os EUA lutam com o compromisso moralidade-necessidade enquanto o Presidente Biden tenta combater a escassez de combustível causada pela guerra, visitando a Arábia Saudita.

Cada nação declara, quer queira ou não, a sua posição em conflito civilizatório. Para nações importantes como a Índia e o Brasil, a escolha da "neutralidade" na invasão russa de um Estado democrático soberano para uma oportunidade econômica de curto prazo é compreensível, mas também é inevitável que se tome um partido. Expressam os valores corolários que certamente estarão subjacentes às posições geopolíticas que se avizinham: democracia, soberania nacional, e Estado de direito, mas não tanto quanto uma boa oportunidade de negócio - a *Realpolitik* moderna.

Voltando à questão crítica do Oriente x Ocidente, não é de se envolver ou não, mas sim como se envolver. Em especial, como se aborda uma luta econômica e civilizatória cada vez mais tensa entre as duas (de longe) maiores potências econômicas - de fato, sistemas econômicos divergentes - enquanto está em curso uma invasão militar. Mesmo quando surgem tensões, a colaboração aumenta - os EUA e a China estão entre os

maiores parceiros comerciais um do outro. Durante a primeira Guerra Fria, o comércio EUA-Rússia foi de cerca de 2 bilhões de dólares por ano. Atualmente, o comércio EUA-China é de mais de 2 bilhões de dólares por dia. A negociação deve prosseguir, mas como? De que forma? Como é que se prepara? Que ferramentas se aplicam? Quando e como devem ser aplicadas? E por quem?

Com toda esta incerteza, uma coisa é clara: A maior parte da preparação, alavancagem, concessões, e esquema de negociação serão de natureza econômica. A preparação durante décadas por parte da Rússia e da China tem sido em grande parte econômica, em apoio à capacidade militar. Uma negociação bem-sucedida será necessariamente baseada no comércio e em soluções eficazes de natureza econômica, construindo um percurso para o comércio cooperativo e afastando-se da ação militar.

Este argumento pode parecer desvalorizar as despesas e preparativos militares. São importantes, mas é inegável que a renda nacional, a capacidade de produção, a tecnologia, a infraestrutura logística e as capacidades de comunicação e informação organizadas em escala global são essencialmente econômicas. Praticamente tudo isto se enquadra na política comercial. Como tal, muito disso será confrontado na Organização Mundial do Comércio, que é quase disfuncional. É essencial que a Administração Biden e os remanescentes apoiadores da democracia, do Estado de direito e da soberania das nações se concentrem de forma mais clara e decidam por uma nova estratégia comercial robusta e integrada que possa abordar tanto as questões econômicas quanto as de segurança que irão dominar as relações internacionais durante a próxima década.



Robert A. Rogowsky é professor adjunto de Comércio e Diplomacia, Middlebury Institute of International Studies.

Coordenador Acadêmico: Edison Spina

Este artigo resulta do trabalho de apuração e análise do autor, não refletindo obrigatoriamente a opinião do CEST.